

Sarney dá prazo de três meses para recuperação da economia

Brasil

HELVIAL RIOS

O presidente José Sarney estava estipulando um prazo de três meses para que o governo consiga reverter o atual quadro recessivo apresentado pelo setor industrial. A determinação do presidente foi transmitida ao ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda, após uma longa conversa mantida com o presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Sarney e Ulysses chegaram à conclusão de que é vital, para o bom andamento da transição política do País, a garantia dos níveis de emprego, com o que o governo estará evitando o agravamento das tensões sociais.

Na última conversa que manteve com o presidente Sarney, o ministro da Fazenda chegou a traçar um rápido esboço para garantir que o País e notadamente o setor industrial não entrem em recessão profunda neste segundo semestre.

Esta estratégia, que será mais bem elaborada ao longo dos próximos dias, compreende principalmente os seguintes pontos:

1) Criação de novos estímulos à indústria da construção civil, considerada capaz de responder rapidamente à absorção de mão-de-obra, principalmente a mão-de-obra desqualificada. Os novos estímulos ao setor serão reforçados, segundo se afirma no Palácio do Planalto, pela reestruturação do SFH (Sistema Financeiro da Habitação).

2) Início de um processo de recuperação do salário mínimo o que contribuirá para trazer, a médio prazo, grandes contingentes de trabalhadores para a sociedade de consumo. A curto prazo, este processo de recuperação do salário mínimo já poderá ser sentido no aumento das vendas de produtos básicos, principalmente de alimentos.

3) Imprimir maior rapidez na liberação de recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social), apressando a implantação de alguns projetos industriais em setores considerados prioritários pelo governo.

4) Fortalecer algumas linhas de crédito dos Bancos Oficiais, incluindo aí o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES. Este último banco já recebeu autorização do presidente Sarney para elevar os limites de financiamentos à compra de equipamentos, oferecidos pelo Fime.

5) A criação de novos estímulos

ao setor exportador, de modo a dar continuidade à recuperação dos superávits comerciais que devem ser mantidos aos níveis de, pelo menos, US\$ 1 bilhão mensais. O governo entende que a nova política de realismo cambial foi decisiva para estimular o setor exportador. Entretanto, outras medidas serão adotadas, principalmente visando desburocratizar o sistema de exportações. Os exportadores também serão estimulados a importar matérias-primas, componentes e máquinas a serem utilizados nos seus programas de expansão para a conquista de novas fatias no mercado internacional. Uma medida que dará contribuição positiva, nesse sentido, segundo se afirma no Palácio do Planalto, é a implantação, ainda este mês, do sistema de importações sem cobertura cambial, que contribuirá para a internalização de recursos mantidos no Exterior e para manutenção das reservas externas do País.

6) Criação de novos estímulos a setores que empregam muita mão-de-obra, além do setor de construção civil, como é o caso da indústria têxtil.

7) Elevação dos prazos de financiamento ao consumo de alguns setores que se encontram em dificulda-

des, como no caso do setor automobilístico. Atualmente, o prazo de financiamento ao consumidor está limitado a seis meses.

Segundo se informa no Palácio do Planalto, o presidente Sarney está convicto de que até setembro a economia do País começa a marchar para uma franca recuperação. Até lá, o governo estará acompanhando diariamente todos os indicadores, e montando projeções através dos computadores dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Nas últimas semanas, segundo o porta-voz Antônio Frota Neto, o governo já identificou sinais de recuperação das vendas nos supermercados. Para o porta-voz, a expectativa é de que as vendas do comércio de um modo geral obtenham uma sensível melhora nos próximos dias, a partir da queda acentuada nas taxas de juros, que irão acompanhar a nova tendência inflacionária, de algo entre 3 e 4% ao mês.

O maior detalhamento da estratégia econômica que o governo vai adotar, entretanto, só ocorrerá com a divulgação do novo plano macroeconômico, que vem sendo elaborado pelo ministro Bresser Pereira.

(Brasília — Agência Estado)